

Demonstrações Financeiras

Pezzi Energética S.A.

31 de Dezembro de 2025

com Relatório do Auditor Independente

Pezzi Energética S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa.....	9
Contexto operacional.....	10
Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras	11
Caixa e equivalentes de caixa	15
Caixa restrito e depósitos restituíveis	15
Contas a receber de clientes	16
Estoques	16
Impostos e contribuições a recuperar.....	17
Imobilizado	17
Intangível.....	20
Ativo de direito de uso e arrendamento	22
Contas a pagar e fornecedores	23
Empréstimos e financiamentos	24
Provisão para demandas judiciais	25
Patrimônio líquido.....	27
Receita operacional líquida	28
Custos e despesas por natureza	29
Outras receitas e despesas operacionais	30
Resultado financeiro.....	30
Imposto de renda e contribuição social corrente.....	31
Transações com partes relacionadas	31
Cobertura de seguros.....	32
Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco.....	33
Transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa.....	37

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da
Pezzi Energética S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Pezzi Energética S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de maio de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

Fulvio A. Matias de Carvalho
Contador CRC SP-294991/O

Pezzi Energética S.A.

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	5.270	495
Contas a receber de clientes	5	66	13
Contas a receber – Partes relacionadas	20	5.017	4.785
Despesas antecipadas		326	216
Estoques	6	1.683	1.477
Impostos e contribuições a recuperar	7	26	49
Outras contas a receber		1	3
Total do ativo circulante		12.389	7.038
Não circulante			
Caixa restrito e depósitos restituíveis	4	3.481	3.341
Depósitos judiciais		32	32
Imobilizado	8	104.280	106.837
Intangível	9	6.615	6.762
Ativo de direito de uso	10	111	176
Total do ativo não circulante		114.519	117.148
Total do ativo		126.908	124.186

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pezzi Energética S.A.

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Passivo			
Circulante			
Contas a pagar e Fornecedores	11	1.588	230
Contas a pagar – partes relacionadas	20	2	3
Empréstimos e financiamentos	12	5.531	5.407
Passivo de arrendamento	10	78	66
Obrigações tributárias		416	434
Dividendos a pagar	14	3.558	5.820
Outras contas a pagar		7	-
Total do passivo circulante		11.180	11.960
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	13.147	18.148
Passivo de arrendamento	10	42	114
Provisão para demandas judiciais	13	-	13
Total do passivo não circulante		13.189	18.275
Patrimônio líquido			
Capital social	14	70.612	70.612
Reservas de lucros		31.927	23.339
Total do patrimônio líquido		102.539	93.951
Total do passivo e do patrimônio líquido		126.908	124.186

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pezzi Energética S.A.

Demonstração do resultado

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Receita operacional líquida	15	26.314	19.794
Custo de geração de energia	16	(8.570)	(6.648)
Lucro bruto		17.744	13.146
Despesas operacionais			
Despesas administrativas e gerais	16	(8)	(3)
Outras receitas e despesas operacionais	17	(1)	(3)
		(9)	(6)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		17.735	13.140
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	18	726	570
Despesas financeiras	18	(2.416)	(2.529)
		(1.690)	(1.959)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		16.045	11.181
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	19	(1.064)	(803)
Lucro líquido do exercício		14.981	10.378

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pezzi Energética S.A.

Demonstração do resultado abrangente

31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	14.981	10.378
Total do resultado abrangente do exercício	14.981	10.378

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pezzi Energética S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2023		70.612	1.210	14.351	-	86.173
Declaração de dividendos ocorridas no exercício	14	-	-	(135)	-	(135)
Lucro líquido do exercício	14	-	-	-	10.378	10.378
Constituição de reserva legal	14	-	519	-	(519)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	14	-	-	-	(2.465)	(2.465)
Constituição de reserva de lucros	14	-	-	7.394	(7.394)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		70.612	1.729	21.610	-	93.951
Declaração de dividendos ocorridas no exercício	14	-	-	(2.835)	-	(2.835)
Lucro líquido do exercício	14	-	-	-	14.981	14.981
Constituição de reserva legal	14	-	749	-	(749)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	14	-	-	-	(3.558)	(3.558)
Constituição de reserva de lucros	14	-	-	10.674	(10.674)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025		70.612	2.478	29.449	-	102.539

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pezzi Energética S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		16.045	11.181
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro líquido (prejuízo) com o fluxo de caixa			
Depreciação do ativo imobilizado e intangível	8	3.779	3.812
Amortização do intangível	9	147	147
Amortização de ativo de direito de uso	10	74	35
Juros sobre passivo de arrendamento	10	16	10
Juros sobre empréstimos e financiamentos	12	2.274	2.382
Provisão para demandas judiciais	13	(13)	10
Baixa de ativo imobilizado	8	2	6
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Contas a receber de clientes		(53)	(2.889)
Contas a receber – partes relacionadas		(232)	-
Despesas antecipadas		(110)	(3)
Estoques		(206)	(178)
Impostos a recuperar		23	-
Depósitos judiciais		-	(32)
Outros		2	(2)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Contas a pagar e fornecedores		1.358	(5.919)
Contas a pagar – partes relacionadas		(1)	-
Impostos e contribuições a recolher		(179)	(35)
Outras contas a pagar		7	(17)
Pagamento de impostos de renda e contribuição social		(903)	(753)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	12	(1.771)	(2.191)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		20.259	5.564
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Depósitos restituíveis e valores vinculados	4	(140)	484
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	8	(1.224)	(445)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		(1.364)	39
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	12	(5.380)	(5.300)
Pagamento de principal e juros de passivo de arrendamento	10	(85)	(41)
Dividendos pagos a acionistas controladores		(8.655)	(1.564)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(14.120)	(6.905)
Aumento (redução) líquido (a) do saldo de caixa e equivalente de caixa		4.775	(1.302)
Caixa e equivalente de caixa em 1º de janeiro		495	1.797
Caixa e equivalente de caixa em 31 de dezembro		5.270	495

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Pezzi Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Pezzi Energética S.A. ("Pezzi" ou "Companhia"), cuja sede social é localizada na Avenida Almirante Julio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, CEP 22775-028, Jacarepaguá, na cidade e estado do Rio de Janeiro, é uma Companhia anônima de capital fechado, que tem por objeto a implantação e a exploração, como Produtor Independente, da Pequena Central Hidrelétrica Pezzi ("PCH Pezzi" ou "PCH"); (a) a produção e a comercialização da potência e da energia geradas pelas PCH; (b) a manutenção, a operação e a exploração de todos os bens e direitos, equipamentos e instalações que compõem a PCH; (c) a comercialização de créditos de carbono; e (d) o exercício de outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto social. ("PCH"), localizada nos municípios de Bom Jesus e Jaquirana, com 19 MW de potência instalada, cuja exploração foi autorizada por meio da Resolução da ANEEL nº 617, de 26 de novembro de 2003.

A Pezzi Energética S.A. obteve, mediante o Despacho ANEEL nº 3.414, de 31 de outubro de 2012, a operação comercial da Unidade Geradora nº 2 da PCH Pezzi e, mediante o despacho da ANEEL nº 3.801, datado de 30 de novembro de 2012, a operação comercial da Unidade Geradora nº 1 deste empreendimento.

A Companhia foi constituída em 10 de setembro de 2007 como subsidiária integral da Elera Renováveis S.A. ("BER"), cuja sede fica na cidade e Estado do Rio de Janeiro

PCHs exploradas diretamente:

<i>PCH</i>	<i>Potência em MW</i>	<i>Nº da autorização ANEEL</i>	<i>Vencimento do prazo da autorização</i>	<i>Local</i>
<i>Pezzi</i>	<i>19,00</i>	<i>617/2003</i>	<i>09/11/2049</i>	<i>Bom Jesus e Jaquirana - RS</i>

1.1. Continuidade operacional

A diretoria avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos e geração de caixa operacional suficientes para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a diretoria não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

1.2. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas pela Diretoria em 22 de maio de 2026.

1.3 Impactos do Pilar Dois

Em 23 de maio de 2023, o *International Accounting Standards Board* emitiu a Reforma Tributária Internacional – Regras Modelo do Pilar Dois – Alterações à IAS 12 (equivalente ao CPC 32), que esclarecem que a IAS 12 (CPC 32) se aplica aos impostos sobre a renda decorrentes de

Pezzi Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

legislações tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas para implementar as regras modelo do Pilar Dois publicadas pela OCDE, incluindo legislações tributárias que implementam os Impostos Mínimos de Complementação Doméstica Qualificados. A Companhia adotou essas emendas. No entanto, a administração não identificou impactos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Companhias por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando mensurados pelo valor justo. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais e todos os valores são arredondados para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

A Companhia preparou as demonstrações financeiras partindo do pressuposto de continuidade operacional.

A diretoria aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 07 (R1), com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a diretoria afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão do negócio.

2.3 Moeda funcional

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio das datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de encerramento do exercício são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data.

Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos às taxas das transações.

Pezzi Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a diretoria faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia a administração efetuou os seguintes julgamentos, estimativas e premissas apresentados nas notas explicativas abaixo:

Nota explicativa 8 – Imobilizado: Valor recuperável e vida útil dos ativos;

Nota explicativa 9 – Intangível: Vida útil e amortização;

Nota explicativa 10 – Definição de taxa de arrendamento;

Nota explicativa 13 – Provisão para demandas judiciais: Classificação dos riscos de perda;

Nota explicativa 15 – Receita operacional líquida: Receita não faturada.

2.5 Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados a primeira vez em 2025

A companhia avaliou o conteúdo das novas normas que se tornaram efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025, conforme descrito abaixo. A companhia não adotou antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas não estejam vigentes.

Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

A Companhia não realizou operações de Leaseback ou aluguel de itens vendidos que sejam anteriormente de sua propriedade.

OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)

Em 18 de outubro de 2024 o CPC emitiu o OCPC 10 com o objetivo de tratar os requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na originação e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados.

Pezzi Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos por não operar com esses produtos e não fazer parte do seu plano de negócio.

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos.

2.6 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto

Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture entrada e, vigor ainda não definida.

CPC 48 e CPC 40 (R1) - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Clarificações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros entrada em vigor em 01 de janeiro de 2026

CPC 51: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em 07 de janeiro de 2026, o Comitê de pronunciamentos contábeis emitiu o CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis, que substitui equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O CPC 51 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novos.

Pezzi Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

O CPC 51 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O CPC 51 será aplicado retrospectivamente.

A Diretoria iniciou uma análise minuciosa e aprofundada sobre a entrada em vigor do referido normativo, com o objetivo de avaliar seus potenciais impactos na divulgação das demonstrações financeiras. Até a data-base deste relatório, não é possível divulgar os efeitos concretos desta adoção.

A Diretoria avaliou detidamente e não foram identificados impactos em relação a apresentação dos relatórios contábeis da Companhia.

Alterações à IFRS 10 e IAS 28 -Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture.

Em fevereiro de 2026, o IASB publicou um Exposure Draft propondo ajustes específicos na IAS 28, visando clarificar quais investimentos em associadas e joint ventures podem ser mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Ainda não temos a definição de uma data efetiva.

IFRS S1 — Divulgações Gerais de Sustentabilidade e IFRS S2 — Divulgação Climática

Essas normas estabelecem princípios para a divulgação de informações relevantes sobre riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade que possam afetar a posição financeira, desempenho e fluxos de caixa futuros da Companhia.

IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.

Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

A Diretoria avaliou detidamente e não foram identificados impactos em relação a apresentação dos relatórios contábeis da Companhia.

2.7 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

Pezzi Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

3. Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia considera Caixa e equivalentes de caixa como valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo da Companhia. Os montantes registrados são imediatamente conversíveis em caixa e possuem risco insignificante de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

	2025	2024
Caixa e depósitos bancários	14	13
Aplicações financeiras	5.256	482
Total	5.270	495

As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a operações compromissadas com títulos privados e a CDB renda fixa, remuneradas à taxa média de 96,5% e 98% da variação do CDI, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente, compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	2025	2024
Banco Itaú S.A.	CDB	CDI	5.256	482
Total			5.256	482

4. Caixa restrito e depósitos restituíveis

Correspondem a recursos monetários que não disponíveis para utilização imediata pela entidade, sendo necessário a autorização e terceiros para movimentação do recurso, em razão de restrições impostas por instrumentos contratuais de dívida, disposições legais ou exigências regulatórias. Tais restrições limitam a livre movimentação desses valores, vinculando-os a finalidades específicas previamente determinadas, como garantias, obrigações financeiras ou projetos regulados, segregados nas seguintes categorias:

Conta reserva de garantia

Depósitos em fundos DI vinculados às obrigações de financiamento com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), referente à manutenção do fundo de liquidez em conta reserva especial, que permanecerão bloqueados até o final da liquidação de todas as obrigações garantidas.

Caixa restrito de longo prazo:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	2025	2024
Banco Itaú S.A.	Fundo	DI	3.481	3.341
Total			3.481	3.341

Pezzi Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

5. Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores originados pela transação de venda ou comercialização de energia elétrica e prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, através do reconhecimento de receitas onde haja razoável certeza de que fluxos de caixa futuros fluirão para a Companhia em valor igual ao registrado.

Caso haja incerteza de sua realização, uma provisão é registrada. A provisão para a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa ("PECLD") é constituída com base nas perdas esperadas pela Companhia, na análise individualizada dos clientes e nas negociações em andamento dos saldos com seus clientes.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais.

	2025	2024
Venda de energia elétrica - Faturado	66	13
Total do contas a receber de clientes	66	13

A composição dos saldos por prazo de vencimento é como segue:

	2025	2024
Saldo a vencer	66	13
Total das contas a receber de clientes	66	13

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, nenhuma provisão de perda esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD) foi constituída, em decorrência da inexistência de perdas prováveis na realização do contas a receber.

A Administração não prevê a constituição de novas provisões para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD), tendo em vista as características do mercado em que a Companhia opera e os mecanismos de mitigação do risco como, processos de análise de crédito, acompanhamento contínuo da carteira e garantias contratuais.

6. Estoques

Referem-se a peças sobressalentes para reposição necessárias para a operação e manutenção da usina e são convertidos para custo no momento de sua utilização. Estão registrados pelo custo de aquisição e classificados no ativo circulante. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou valores de realização e são avaliados ao custo ou o valor realizável dos dois o menor.

A administração realiza avaliações periódicas dos itens registrados em estoque, com foco na identificação de riscos relacionados à perda de valor e à obsolescência. Quando constatadas tais situações, os valores correspondentes ao custo dos itens são reconhecidos como baixa no resultado da Companhia, em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis

	2025	2024
Almoxarifado	1.683	1.477
Total dos estoques	1.683	1.477

7. Impostos e contribuições a recuperar

O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados sobre o lucro presumido. O montante dos tributos corrente a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo considerando a melhor estimativa quanto ao valor esperado a recolher ou a recuperar. A mensuração é realizada com base nas alíquotas vigentes na data do balanço. A Companhia compensa os ativos e passivos fiscais correntes se:

- Tiver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e
- Pretender liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

	2025	2024
IRPJ/CSLL	26	49
Total dos Impostos e contribuições a recuperar	26	49

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, no que diz respeito às incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro, a Companhia efetuou as avaliações e concluiu que é mais provável do que não que os tratamentos sejam aceitos pela autoridade fiscal.

8. Imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo ou considerando o período remanescente de autorização ou concessão, dos dois, o menor.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Os adiantamentos realizados a fornecedores, vinculados exclusivamente à aquisição ou construção de ativos imobilizados, são registrados como adições ao imobilizado, em razão de sua natureza e finalidade. Tal procedimento visa garantir que o custo dos ativos, apresentado na data-base das demonstrações financeiras, corresponda aos montantes efetivamente investidos pela Companhia.

Pezzi Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais" na demonstração do resultado.

Obras em andamento estão relacionadas a gastos com materiais, mão de obra direta e indireta na preparação e instalação do bem, custos e juros dos empréstimos intrinsecamente ligados a construção do ativo conforme disposto no CPC 20 (R1) – Custos de empréstimos, até que esteja disponível para uso, ou seja, quando está no local e condições necessárias para funcionar de forma pretendida pela diretoria. Nesse momento o valor do bem é transferido de Imobilizado em Curso para Imobilizado em Serviço, quando então a devida depreciação conforme a vida útil do bem é iniciada.

Método de depreciação:

Para o cálculo da depreciação, é considerado a vida útil dos bens ou o prazo de autorização de operação, dos dois, o menor. O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens, conforme enquadramento dos ativos da Companhia à Portaria nº 674/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que se assemelham às vidas úteis efetivas dos bens. Os ativos administrativos são depreciados a taxas que também refletem a vida útil efetiva dos bens.

A Companhia efetuou a revisão da taxa de depreciação de seus ativos imobilizados ao final dos exercícios de 2025 e 2024 e não julgou necessário alterar a estimativa de vida útil individual de seus ativos.

O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens:

	<u>Vida útil</u>
Máquinas, equipamentos	10 a 40 anos
Reservatórios barragens e adutoras	30 a 50 anos
Edificações, obras civis e benfeitorias	30 a 50 anos

Testes de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*)

Os ativos não circulantes são revisados e submetidos anualmente ao teste de “*impairment*” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão na data do balanço.

A Companhia analisou em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o valor contábil líquido do ativo imobilizado com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável.

A diretoria avaliou e conclui que não há indicativos de perda no valor recuperável do ativo imobilizado.

Pezzi Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Segue abaixo os movimentos do imobilizado:

	2025			2024
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<u>Em serviço</u>				
Máquinas e equipamentos	64.155	(30.527)	33.628	35.303
Reservatórios, barragens e adutoras	100.233	(41.436)	58.797	60.477
Edificações, obras civis e benfeitorias	16.524	(7.465)	9.059	9.426
<u>Em curso</u>				
Estoque de ativo fixo	1.065	-	1.065	991
Bens em andamento	1.731	-	1.731	640
	183.708	(79.428)	104.280	106.837

	Saldo em 2024	Adição	Transferências	Baixas	Saldo em 2025
<u>Em serviço</u>					
Máquinas e equipamentos	64.148	-	12	(5)	64.155
Reservatórios, barragens e adutoras	100.186	-	47	-	100.233
Edificações, obras civis e benfeitorias	16.524	-	-	-	16.524
<u>Em curso</u>					
Estoque de ativo fixo	991	94	(20)	-	1.065
Bens em andamento	640	1.130	(39)	-	1.731
	182.489	1.224	-	(5)	183.708

	Saldo em 2024	Adição	Transferências	Baixas	Saldo em 2025
<u>Depreciação</u>					
<u>Em serviço</u>					
Máquinas e equipamentos	(28.845)	(1.685)	-	3	(30.527)
Reservatórios, barragens e adutoras	(39.709)	(1.727)	-	-	(41.436)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(7.098)	(367)	-	-	(7.465)
	(75.652)	(3.779)	-	3	(79.428)

	Saldo em 2023	Adição	Transferências	Baixas	Saldo em 2024
<u>Em serviço</u>					
Máquinas e equipamentos	63.980	-	168	-	64.148
Reservatórios, barragens e adutoras	99.765	-	421	-	100.186
Edificações, obras civis e benfeitorias	16.524	-	-	-	16.524
<u>Em curso</u>					
Estoque de ativo fixo	958	36	-	(3)	991
Bens em andamento	823	409	(589)	(3)	640
	182.050	445	-	(6)	182.489

Pezzi Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Depreciação	Saldo em 2023	Adição	Transferências	Baixas	Saldo em 2024
<u>Em serviço</u>					
Máquinas e equipamentos	(27.092)	(1.717)	(36)		(28.845)
Reservatórios, barragens e adutoras	(37.868)	(1.728)	(113)	-	(39.709)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(6.880)	(367)	149	-	(7.098)
	(71.840)	(3.812)	-	-	(75.652)

9. Intangível

A Companhia reconhece como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços, quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de tal concessão. De acordo com o CPC 04 (R1), um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial.

Após este reconhecimento tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução do seu valor recuperável. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com os gastos serão auferidos pelas controladas da Companhia.

A amortização é calculada sobre o custo de aquisição do ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual apurado. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear e limitada ao prazo remanescente do contrato de concessão das controladas da Companhia ou a vida útil estimada dos ativos intangíveis, dos dois o menor, que não mais valia a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Este método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo, conforme estabelecido no CPC 04 (R1).

A vida útil de um ativo intangível, em um contrato de concessão de serviço, é o período a partir do qual as controladas da Companhia têm a capacidade de cobrar do público pelo uso da infraestrutura até o fim da vida útil do bem, limitado ao final do período da concessão. Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos caso haja alterações deliberadas pelo órgão regulador.

Extensão de outorga

A Agência Nacional de Energia Elétrica publicou a Resolução Normativa nº 945/2021, conforme diretrizes regulamentadas pela Lei nº 14.182, que ampliou a metodologia de cálculo do impacto do GSF também para as usinas que foram repactuadas com contratos no mercado regulado (ACR) nos Termos da REN 684/2015.

Considerando a inovação trazida pela repactuação do risco hidrológico e a ausência de Pronunciamento, Interpretação ou Orientação do CPC que se aplique especificamente ao tema, a diretoria exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil utilizando os preceitos de reconhecimento de ativo não financeiro a valor justo.

Pezzi Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

O ativo constituído pela repactuação do risco não hidrológico, foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa do Grupo, tendo como base os parâmetros determinados pela regulamentação da ANEEL, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE. O montante foi transformado pela ANEEL em extensão do prazo da outorga, o qual será amortizado pelo método linear até o final do prazo de concessão, ajustado com a extensão a partir da repactuação.

A compensação aos geradores hidroelétricos ocorreu por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração, foi homologada pela ANEEL e apropriado como um imobilizado em contrapartida a recuperação de custos com energia elétrica. O montante apropriado em Recuperação de Custos é inferior ao custo total com GSF coberto pela referida lei. A mensuração deste ativo não financeiro é observável por todos os participantes do MRE que aderiram a proposta da ANEEL e o ativo foi reconhecido ao seu valor justo. O ativo reconhecido será amortizado pelo prazo remanescente da outorga

Testes de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*)

A Companhia analisou em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o valor contábil líquido do ativo intangível com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável.

A diretoria avaliou e conclui que não há indicativos de perdas no valor recuperável do ativo intangível.

	2025			2024
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Custo				
Em serviço				
Extensão de outorga	7.350	(735)	6.615	6.762
	7.350	(735)	6.615	6.762

	Saldo em 2024	Adição	Transferências	Baixas	Saldo em 2025
Custo					
Em serviço					
Extensão de outorga	7.350	-	-	-	7.350
	7.350	-	-	-	7.350

	Saldo em 2023	Adição	Transferências	Baixas	Saldo em 2024
Custo					
Em serviço					
Extensão de outorga	7.350	-	-	-	7.350
	7.350	-	-	-	7.350

	Saldo em 2024	Adição	Transferências	Baixas	Saldo em 2025
Amortização					
Em serviço					
Extensão de outorga	(588)	(147)	-	-	(735)
	(588)	(147)	-	-	(735)

Pezzi Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Amortização	Saldo em 2023	Adição	Transferências	Baixas	Saldo em 2024
<u>Em serviço</u>					
Extensão de outorga	(441)	(147)	-	-	(588)
	(441)	(147)	-	-	(588)

10. Ativo de direito de uso e arrendamento

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, respeitando também a data limite da autorização da operação, conforme abaixo:

- Veículos automotores: 36 meses (delimitado pela data autorização da operação).

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo, arrendamentos de ativos de baixo valor e para aqueles em que os pagamentos são atrelados a fatores variáveis, sendo reconhecido os pagamentos de arrendamento como uma despesa em uma base linear ao longo do prazo do contrato, conforme disposto no CPC 06 (R2) - Arrendamentos.

A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

A composição e movimentação do Ativo de direito de uso é como segue:

2025			2024
Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Veículos	220	(109)	111
	220	(109)	111
Custo	Saldo em 2024	Adição	Baixa
Veículos	612	9	(401)
	612	9	(401)
Amortização	Saldo em 2024	Adição	Baixa
Veículos	(436)	(74)	401
	(436)	(74)	401
Custo	Saldo em 2023	Adição	Baixa
Veículos	401	211	-
	401	211	-

Pezzi Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Amortização	Saldo em 2023	Adição	Baixa	Saldo em 2024
Veículos	(401)	(35)	-	(436)
	(401)	(35)	-	(436)

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os passivos de arrendamento são como segue:

	2025		2024	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Valor nominal dos pagamentos futuros	86	73	82	164
Ajuste a valor presente	(8)	(31)	(16)	(50)
Total	78	42	66	114

Os passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa de 11,06%. As premissas utilizadas pela Companhia para estimar a taxa incremental tomaram como base o custo médio de captação da dívida.

A movimentação do passivo de arrendamento está demonstrada como segue:

	2025	2024
Saldo inicial	180	-
Adições	9	211
Pagamentos	(85)	(41)
Juros sobre arrendamento (Nota 18)	16	10
Saldo final	120	180

Cronograma de vencimento do saldo não circulante em 31 de dezembro de 2025:

Ano	
2027	42
	42

11. Contas a pagar e fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente devido ao curto prazo de pagamento.

	2025	2024
Fornecedores	304	230
Contas a pagar - MRE & CCEE	1.284	-
	1.588	230

Pezzi Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

12. Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

O método da taxa de juros efetiva é um método para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados (incluindo todas as honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos de transação e outros prêmios ou deduções), durante a vida estimada do passivo financeiro ou (quando apropriado) durante um período menor, para o custo amortizado do passivo financeiro.

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia estão sujeitos a cláusulas restritivas (covenants) de natureza financeira e não financeira. A administração realiza monitoramento contínuo e detalhado dos indicadores exigidos, com o objetivo de assegurar a conformidade contratual e mitigar riscos que possam resultar em descumprimento, evitando, assim, impactos adversos na liquidez, na estrutura de capital e na operação da Companhia.

As despesas incorridas na captação de empréstimos e financiamentos são registradas como custos diferidos e apropriadas ao resultado financeiro da Companhia de forma sistemática, ao longo do prazo contratual, utilizando o método da taxa efetiva de juros, em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis.

Os empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

Credor	Modalidade	Encargos	2025		2024	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
<u>Em moeda nacional</u>						
Banco Nacional do Desenvolvimento	Financiamento	TJLP + 2,51% a.a.	5.531	13.147	5.407	18.148
Total			5.531	13.147	5.407	18.148

	2025	2024
Saldo inicial	23.555	28.664
Juros provisionados (Nota 16)	2.274	2.382
Amortização de principal	(5.380)	(5.300)
Pagamento de juros	(1.771)	(2.191)
Saldo final dos empréstimos e financiamentos	18.678	23.555

Pezzi Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Empréstimos e financiamentos – BNDES:

A Companhia possui financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES), captado em 14 de dezembro de 2011, com data de vencimento em 15 de abril de 2045, e amortização mensal de principal e juros.

No contrato de financiamento, há a obrigação de apuração do Índice de Cobertura do Serviço de Dívida (ICSD) de, no mínimo, 1,3 vezes, a cada encerramento de exercício, e da manutenção do saldo mínimo do serviço da dívida, correspondente a 6 (seis) vezes o valor da prestação da dívida. Ademais, outras obrigações restritivas e cláusulas de vencimento antecipado são constantemente monitoradas.

Em 31 de dezembro de 2025, inexistiu evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas (“*covenants* financeiros e não financeiros”).

A Companhia possui financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES), remunerado pela TJLP acrescida da taxa de 2,51% a.a., com amortização e pagamento de juros mensal e data de vencimento.

As parcelas de não circulante, em 31 de dezembro de 2025, têm os seguintes vencimentos:

2027	5.792
2028	5.792
2029	1.563
Total	13.147

13. Provisão para demandas judiciais

As provisões existentes na Companhia estão ligadas, principalmente, a discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, previdenciários, cíveis e tributários. A diretoria da Companhia classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma:

Perda provável:

São processos com maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, a Companhia mantém provisão contábil que é apurada da seguinte forma: processos trabalhistas – o valor provisionado corresponde ao valor de desembolso estimado; processos tributários – o valor provisionado corresponde ao valor da causa acrescido de encargos correspondentes à variação da taxa Selic; e demais processos – o valor provisionado corresponde ao valor da causa.

Perda possível:

São processos com possibilidade de perda maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e destaca em nota explicativa os de maior relevância, quando aplicável.

Pezzi Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Perda remota:

São processos para os quais o risco de perda é avaliado como pequeno. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e nem divulgação em nota explicativa, independentemente do valor envolvido.

A diretoria da Companhia acredita que as estimativas relacionadas à conclusão dos processos e a possibilidade de desembolso futuro podem mudar em face do seguinte: (i) instâncias superiores do sistema judicial podem tomar decisão em caso similar envolvendo outra companhia, adotando interpretação definitiva a respeito do caso e, conseqüentemente, antecipando a finalização de processo envolvendo a Companhia, sem qualquer desembolso ou implicando na necessidade de liquidação financeira do processo; e (ii) programas de incentivo ao pagamento dos débitos, implementado no Brasil a nível Federal e Estadual, em condições favoráveis, que podem levar a um desembolso inferior ao que se encontra provisionado ou inferior ao valor da causa.

A Administração realiza, de forma periódica, análises de sensibilidade relacionadas às alterações nas premissas e estimativas utilizadas na mensuração das provisões para demandas judiciais.

Com base na avaliação efetuada, não foram identificadas mudanças que resultassem em impactos relevantes ou ajustes contábeis nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2025.

Os saldos das demandas judiciais prováveis estão demonstrados a seguir:

	2025	2024
Riscos cíveis	-	13
Total	-	13

A movimentação das demandas judiciais prováveis estão demonstrados a seguir:

	Cíveis	Total
31 de dezembro de 2023	3	3
Atualização (Nota 18)	10	10
31 de dezembro de 2024	13	13
Baixa	(13)	(13)
31 de dezembro de 2025	-	-

Principais processos em andamento com probabilidade de perda possível:

	2025	2024
Riscos trabalhistas	-	710
Total	-	710

Ações trabalhistas:

Em 31 de dezembro de 2025 não existem processos, classificados como perda possível, (R\$710 em 31 de dezembro de 2024, referente a uma autuação trabalhista).

Pezzi Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

14. Patrimônio líquido

Capital social:

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$70.612, dividido em 126.645.700 (cento e vinte e seis milhões e seiscentos e quarenta e cinco mil e setecentos) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Reservas de lucros:

Reserva legal:

Sobre a reserva legal o Estatuto Social determina que 5% do lucro líquido serão aplicados, antes de qualquer outra destinação na constituição da reserva legal, a qual não poderá exceder a 20% do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

Reserva de retenção de lucros:

O Estatuto Social da Companhia prevê que o saldo remanescente, após as deduções legais, será distribuído como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

Conforme previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos. Ainda, conforme previsto no artigo 202, §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76, os lucros que deixarem de ser distribuídos em razão de situação financeira da Companhia devem ser registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que o permitir a situação financeira da Companhia.

Dividendos:

O Estatuto Social determina que será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório o valor correspondente a 25% do lucro líquido do exercício.

O Estatuto Social determina também que, atendida à destinação do dividendo mínimo obrigatório, o saldo disponível será distribuído, igualmente, como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

Deliberações do exercício de 2025:

Em 25 de março de 2025, os acionistas, por meio da Assembleia de Reunião de Diretoria, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos referentes a exercícios sociais anteriores, no valor de R\$535 à conta de Reserva de lucros.

Em 05 de junho de 2025, os acionistas, por meio da Assembleia de Reunião de Diretoria, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos referentes a exercícios sociais anteriores, no valor de R\$1.000 à conta de Reserva de lucros.

Pezzi Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Em 08 de dezembro de 2025, os acionistas, por meio da Assembleia de Reunião de Diretoria, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos referentes a exercícios sociais anteriores, no valor de R\$1.300 à conta de Reserva de lucros.

Perfazendo o total de R\$2.835 em 31 de dezembro de 2025.

Deliberações do exercício de 2024:

Em 23 de dezembro de 2024, os acionistas, por meio da Ata da Reunião de Diretoria, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, no valor de R\$135.

Destinação dos resultados

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	14.981	10.378
Constituição da reserva legal 5% (*)	(749)	(519)
Lucro líquido ajustado	14.232	9.859
Dividendos mínimo obrigatório (25%)	(3.558)	(2.465)
Constituição de reserva de lucros	(10.674)	(7.394)
Resultado a destinar	-	-

15. Receita operacional líquida

Reconhecimento da receita

A receita operacional da Companhia é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência persuasiva de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização, conforme disposto no CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

Venda de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de venda de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

Pezzi Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

O contrato da Companhia possui as seguintes características: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada prevista no contrato com as distribuidoras; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Receita operacional bruta	2025	2024
<u>Fornecimento de energia</u>		
Venda de energia elétrica - partes relacionadas (Nota 20)	19.247	20.030
Resultado com MRE e CCEE (*)	8.063	507
(Nota 19)	27.310	20.537
<u>Deduções da receita operacional bruta</u>		
PIS	(177)	(132)
COFINS	(819)	(611)
	(996)	(743)
Receita operacional líquida	26.314	19.794

16. Custos e despesas por natureza

Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita.

	2025	2024
Custo do serviço de energia elétrica		
Royalties ANEEL	(858)	(798)
Total custo do serviço de energia elétrica	(858)	(798)
Custo com operação	2025	2024
Impostos, licenças e taxas	(14)	(122)
Viagens	(22)	(39)
Serviços de terceiros	(1.003)	(703)
Seguros	(573)	(453)
Pessoal	(15)	(11)
Depreciação do ativo imobilizado (Nota 8)	(3.779)	(3.812)
Amortização do intangível (Nota 9)	(147)	(147)
Amortização do ativo de direito de uso (Nota 10)	(74)	(35)
Manutenção	(109)	(33)
MRE / CCEE	(1.896)	(388)
Telecomunicações	(7)	(5)
Promoção e publicidade	(12)	(16)
Outros	(61)	(86)
Total custo com operação	(7.712)	(5.850)
Total de custos	(8.570)	(6.648)

Pezzi Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	2025	2024
Serviços de terceiros	(8)	(3)
Total das despesas administrativas e gerais	(8)	(3)

17. Outras receitas e despesas operacionais

	2025	2024
Custo com aquisições Ganho e perda na venda de ativos	(1)	(3)
Total	(1)	(3)

18. Resultado financeiro

A Companhia reconhece o resultado financeiro, incluindo receitas e despesas financeiras, com base no regime de competência, ou seja, à medida que são incorridas, independentemente do momento do recebimento ou desembolso de caixa.

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, que são reconhecidas no resultado por meio do método de juros efetivos.

	2025	2024
Receita financeira		
Receitas com aplicações financeiras	725	570
Receita com juros	1	-
Total	726	570

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos, atualização monetária dos passivos de longo prazo, reconhecidas no resultado por meio do método de juros efetivos.

	2025	2024
Despesa financeira		
Juros de empréstimos e financiamentos (Nota 12)	(2.274)	(2.382)
Juros de passivo de arrendamento (Nota 10)	(16)	(10)
Atualização de demandas judiciais (Nota 13)	-	(10)
Impostos sobre aplicações financeiras	(16)	(56)
Multa e juros	(10)	(1)
Outras despesas financeiras	(100)	(70)
Total	(2.416)	(2.529)

Pezzi Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

19. Imposto de renda e contribuição social corrente

A Companhia apura seus impostos com base no lucro presumido mediante a aplicação das alíquotas de presunção de 8% para imposto de renda e 12% sobre as receitas brutas auferida no período de apuração, somadas a receita financeira. Sobre esta base é apurado o imposto de renda e a contribuição social mediante a aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.

A Administração avaliou a existência de incertezas relacionadas ao tratamento dos tributos sobre o lucro, conforme previsto no ICPC 22, e concluiu que não foram identificados impactos relevantes na apuração do imposto.

	2025	2024
Corrente		
Imposto de renda	(704)	(529)
Contribuição social	(360)	(274)
Total com despesas de impostos	(1.064)	(803)

	2025		2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Impostos correntes				
Faturamento (fornecimento de energia) (Nota 15)	27.310	27.310	20.537	20.537
	27.310	27.310	20.537	20.537
% para base de cálculo	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	2.185	3.277	1.643	2.464
Receitas financeiras	726	726	570	570
Outras receitas	-	-	1	1
Base de cálculo total	2.911	4.003	2.214	3.035
% do imposto	25%	9%	25%	9%
	(728)	(360)	(554)	(273)
Outros	24	-	25	(1)
Total	(704)	(360)	(529)	(274)

20. Transações com partes relacionadas

Em conformidade com os requisitos estabelecidos pelo CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas, a Empresa considera como partes relacionadas todas as entidades pertencentes ao mesmo grupo econômico da Empresa. Essa definição abrange também transações, saldos e operações realizadas entre essas partes.

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

As transações com partes relacionadas estão resumidas como segue:

Pezzi Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	2025	2024
<u>Contas a receber</u>			
Elera Renováveis S.A.	(a)	3.260	34
Elera Comercializadora S.A.	(a)	1.757	4.751
Total		5.017	4.785
Passivo	Notas	2025	2024
<u>Contas a pagar</u>			
Elera Renováveis S.A.	(b)	2	3
Total		2	3
	Notas	2025	2024
<u>Dividendos a pagar</u>			
Elera Renováveis S.A.	(c)	3.558	5.820
Total		3.558	5.820
Receita	Notas	2025	2024
<u>Venda de energia elétrica</u>			
Elera Comercializadora S.A.	(d)	18.847	20.030
Elera Renováveis S.A.	(d)	400	-
Total	Nota 15	19.247	20.030

- (a) Contas a receber entre a Companhia e as empresas do grupo, como venda de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;
- (b) Instrumento de patrimônio junto a entidade parte relacionada (Nota 14);
- (c) Dividendos a serem pagos para empresas controladoras do Grupo;
- (d) Venda de energia elétrica para outras empresas do Grupo.

Em 2025 e 2024, tendo em vista os acordos firmados entre os diretores, ora eleitos e as companhias do grupo econômico do qual a Companhia faz parte, os diretores não receberam qualquer remuneração da Companhia para o presente exercício social.

21. Cobertura de seguros

A Companhia tem como política manter cobertura de seguros para os bens vinculados à autorização sujeitos a riscos, considerando a natureza da sua atividade, os prêmios de seguros são reconhecidos no resultado a medida que incorridos. O total da cobertura segurada em 31 de dezembro de 2025, para a Companhia pela Companhia é de R\$216.900 (R\$216.900 em 31 de dezembro de 2024) para os bens vinculados à autorização. Sendo previstas as coberturas seguradas por locais de risco onde estão instaladas a hidrelétricas da Companhia. A soma das indenizações pagas pela presente apólice não poderá exceder o limite máximo de indenização combinado, danos materiais e lucros cessantes, no valor total de R\$450.000 (R\$450.000 em 31 de dezembro de 2024).

As premissas de riscos adotadas para a contratação dos seguros, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

Pezzi Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

22. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Gestão de capital

O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamento (incluindo valores circulantes e não circulantes), conforme demonstrados no balanço patrimonial, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros da Companhia são classificados conforme demonstrado abaixo:

Ativo Financeiro	2025			2024		
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	14	-	14	13	-	13
Aplicações financeiras	-	5.256	5.256	-	482	482
Depósitos judiciais	32	-	32	32	-	32
Contas a receber de clientes	66	-	66	13	-	13
Contas a receber – Partes relacionadas	5.017	-	5.017	4.785	-	4.785
Despesas antecipadas	326	-	326	216	-	216
Caixa restrito e depósitos restituíveis	-	3.481	3.481	-	3.341	3.341
Outras contas a receber	1	-	1	3	-	3
Total	5.456	8.737	14.193	5.062	3.823	8.885

Pezzi Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Passivo Financeiro	2025			2024		
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Contas a Pagar e Fornecedores	1.588	-	1.588	230	-	230
Contas a pagar – Partes relacionadas	2	-	2	3	-	3
Empréstimos e financiamentos	18.678	-	18.678	23.555	-	23.555
Passivo de arrendamento	120	-	120	180	-	180
Dividendos a pagar	3.558	-	3.558	5.820	-	5.820
Outras contas a pagar	7	-	7	-	-	-
Total	23.953	-	23.953	29.788	-	29.788

Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá.

- a) No mercado principal para o ativo ou passivo;
- b) Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Empresa;

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada de preços cotados (não corrigidos) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

Os instrumentos financeiros da Empresa mensurados a valor justo enquadram-se integralmente no Nível 1 da hierarquia de mensuração, uma vez que seus valores são determinados com base em preços cotados em mercados ativos, acessíveis ao público e observáveis de forma direta na data de mensuração.

A Empresa classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo, e estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado.

Pezzi Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Gestão de risco

As operações financeiras da Empresa são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

A política da Empresa estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais ou a quaisquer índices sujeitos a maiores volatilidades.

Neste sentido, a contratação de instrumentos financeiros derivativos pode ocorrer após análise do risco pela diretoria, simultaneamente ao contrato que deu origem a tal exposição.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o rating disponibilizado apenas por renomadas agências de análise de risco, o patrimônio líquido e os níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Empresa são:

i) Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Empresa a riscos de crédito referem-se às disponibilidades e as contas a receber.

A Empresa possui caixa e equivalente de caixa, predominantemente em bancos cuja classificação de rating é BB, conforme avaliação da agência S&P.

O risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é minimizado.

ii) Risco de liquidez

Representa o risco de escassez e dificuldade da Empresa honrar suas dívidas. A Empresa procura alinhar o vencimento de suas obrigações com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

iii) Risco de concentração de carteira de clientes

A Empresa possui contratos de venda de energia (PPA) com um número reduzido de clientes, caracterizando assim uma forma de concentração em sua carteira.

Em virtude desta concentração, pode surgir a possibilidade de perda em que se incorre quando da incapacidade de pagamento das faturas de venda de energia elétrica por parte de seus poucos clientes. Para reduzir esse tipo de risco, a Empresa efetua avaliações financeiras, requisitam garantias financeiras e executam o gerenciamento das contas a receber, detectando desta forma com maior antecedência a possibilidade de inadimplência.

Pezzi Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

iv) Risco hidrológico

De acordo com a regulamentação brasileira, para as empresas repactuadas a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras não depende diretamente da energia efetivamente gerada, e sim da garantia física de cada usina hidrelétrica, cuja quantidade é fixa e determinada pelo Poder Concedente, constando na respectiva concessão e autorização. Para as empresas não repactuadas, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras pode ou não depender diretamente da energia efetivamente gerada. Para usinas que fazem parte do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), dependem da garantia física de cada usina hidrelétrica, cuja quantidade é fixa e determinada pelo Poder Concedente, constando na respectiva concessão e autorização. Para usinas fora do MRE, a receita depende de sua geração efetiva.

Na ocorrência de períodos de estiagem, a produção da usina será inferior à sua garantia física. Além disso, quando a geração hidrelétrica é reduzida, os preços no mercado *spot* ficam mais elevados. Em tais situações, os contratos bilaterais não seriam suficientes para reduzir os riscos a níveis adequados. Para a mitigação do risco hidrológico, foi instituído pela regulação do setor o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). Trata-se de um mecanismo de *hedge* compulsório entre os aproveitamentos hidrelétricos que compõem o sistema, segundo o qual cada um recebe um crédito de energia proporcional à produção hidrelétrica total. O montante recebido é proporcional à razão entre o certificado de garantia física da usina e a soma de todos os certificados dos demais empreendimentos participantes do MRE.

Entretanto, é importante ressaltar que, caso o conjunto de usinas do MRE gere abaixo de sua garantia física, a alocação de energia de todos os participantes do Mecanismo será reduzida por um fator denominado Generation Scaling Factor (GSF), fazendo com a Empresa tenha que adquirir a diferença de sua energia alocada e seus contratos no mercado de curto prazo.

Para reduzir este risco, a Empresa teve duas opções: a adesão ao programa de repactuação do risco hidrológico, aonde o risco hidrológico foi repassado para os consumidores de energia ou o controle do nível de contratação, que visa minimizar a exposição ao mercado de curto prazo.

viii) Risco de não renovação da autorização e concessão

A Empresa detém autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, com prazos de vigência previamente estabelecidos. Os critérios para renovação de empreendimentos hidrelétricos com capacidade instalada entre 5 MW e 50 MW foram regulamentados pela Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (alterada pela Lei Federal nº 13.360, de 17 de novembro de 2016), pelo Decreto 9.158/2017, de 21 de setembro de 2017 e pela Resolução Normativa ANEEL nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019. A Lei Federal nº 13.360 alterou o art. 26º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, mudando o limite inferior das usinas consideradas como PCH de 3 MW para 5 MW. Assim, empreendimentos hidrelétricos com potência instalada entre 3 MW e 5 MW poderão ter suas outorgas convertidas em registro (CGH), conferindo direito a perpetuidade no prazo de exploração de seus empreendimentos (não há prazo para vencimento do registro de CGHs).

No entanto, a renovação é a critério do Poder Concedente, não havendo confirmação por nossa parte se a prorrogação será concedida de fato, nem em quais condições.

Pezzi Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

23. Transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa

Atividades de investimento	Notas	2025	2024
Variação do passivo de arrendamento	10	(60)	180
Adição de contratos de arrendamento	10	(9)	(211)
Variação do arrendamento conforme demonstração dos fluxos de caixa		(69)	(31)

* * *